



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º 23/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr. Acácio Fonseca Fernandes.-----

-----A Senhora Vereadora, Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS e o Senhor Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira não estiveram presentes por se encontrarem em período de gozo de férias.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17/08/2016

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 17/08/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação a Senhora Vereadora Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Matos, eleita pelo PPD/PSD e o Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, uma vez que não estiveram presentes na Reunião.-----

2.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29/08/2016:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 29/08/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----De seguida pelos Senhores Vereadores Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleitos pelo Partido Socialista, foi presente um requerimento de inclusão de um ponto na próxima Reunião de Câmara, que se anexa à presente ata da qual faz parte integrante.-----

3.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 169, referente ao dia 6 de setembro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EXPEDIENTE:-----

5.1.-EDP DISTRIBUIÇÃO:-----

-----Foi presente a carta 85/16/CA, de 27/07/2016 da EDP Distribuição através da qual informa do desenvolvimento da atividade no âmbito do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica de Baixa Tensão (BT) celebrado com este Município, nomeadamente: nº. de clientes, indicadores de qualidade de serviço, dados das infraestruturas elétricas e o valor do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

imobilizado líquido técnico específico relativo à concessão de distribuição de energia elétrica em BT.-----

-----No que respeita à qualidade de serviço observada no Município em 2015, continua a refletir o esforço de investimento e conservação nas redes de distribuição de energia elétrica, mas também a atuação eficaz das suas equipas no terreno que permitiram minimizar, em caso de avaria, o tempo de reposição do serviço.-----

-----Porque acredita ser do interesse de todos, em particular do Município, irá continuar a reforçar o investimento na promoção de ações de eficiência energética, nomeadamente a modernização das infraestruturas de iluminação pública com a instalação de aparelhos de iluminação equipados com LED e a expansão a todo o território das redes inteligentes. Um dos projetos que continua a merecer todo o seu esforço é a instalação de equipamento de telecontagem com funcionalidade para a gestão de energia na totalidade dos circuitos de iluminação pública.-----

-----Existem ainda outros projetos em curso com significativo reflexo na qualidade de serviço público prestados por aquela empresa, como sejam: a disponibilidade para assinatura de protocolos para partilha de informação relativa a cartografia digital; a definição e manutenção das faixas de gestão de combustível em articulação com os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios; e o envolvimento nos órgãos Municipais de Proteção Civil em coordenação com os Planos de Emergência da Empresa. A inovação e investimento em novas tecnologias constituem uma prioridade permanente da EDP Distribuição, que já viu muitos dos seus projetos reconhecidos a nível internacional.-----

-----Por último, salienta que no passado mês de novembro alcançaram a Certificação do Sistema de Gestão de Continuidade do Negócio da EDP Distribuição – norma internacional ISO 22301:2012 – atribuição pela entidade certificadora Bristish Standards Institute.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.1.-INSTITUTO DA MOBILIDADE DOS TRANSPORTES I.P.:-----

-----Foi presente o correio eletrónico de 07/07/2016, do Instituto da Mobilidade dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Transportes I.P. dando conhecimento da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 27/06/2016, que estabeleceu o princípio da emissão de certificados que permitam, aos operadores que tenham cumprido as obrigações de registo no SGGESC, continuar transitoriamente a explorar carreiras ex-RTA. Isto até ser concluído o atual processo de validação dessas carreiras pelas autoridades de transportes competentes e da emissão, por estas últimas, das “autorizações provisórias” previstas no artº. 10º. da Lei nº. 52/2015, de 9 de junho.-----

-----Foram emitidos setenta (70) certificados a operadores de serviços regulares, nos termos da mencionada deliberação.-----

-----Entretanto, o Conselho Diretivo do IMT, I.P. na sua sessão de 29/06/2016, aprovou já o modelo, que anexam, das autorizações provisórias que as autoridades de transportes virão a emitir, logo que o processo de validação esteja concluído satisfatoriamente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

6.1.-EDUCAÇÃO:-----

6.1.1.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 – Candidatura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a candidatura efetuada à DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mortágua, conforme Protocolo celebrado, ao financiamento do programa de atividades de enriquecimento curricular no 1º. ciclo do ensino básico público na área do Município de Mortágua, que irá contemplar todos os alunos com Expressão Musical e Atividade Física e Desportiva e o Ensino do Inglês os alunos do 1º, 2º. anos, dada a obrigatoriedade da inclusão curricular da disciplina de Inglês no 3º. e 4º. anos.-----

-----Também foi presente o e.mail de 30/08/2016, enviado pela DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro, a informar que a Candidatura de Apoio Financeiro às Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 reúne as condições de admissibilidade exigidas, nos termos da Portaria nº. 644-A/2015, de 24 de agosto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Deve, assim, o Município desenvolver todos os procedimentos necessários ao arranque das AEC, concomitante com o arranque do ano letivo.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a candidatura apresentada ao financiamento das AEC.-----

6.2.-SERVIÇOS DE APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE):-----

6.2.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário) e pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/08/2016 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa de Mortágua e que tem como objetivo execução dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeições) das cento e vinte e quatro (124) crianças que frequentam o Ensino Pré-Escolar, que se desenvolvem nas instalações do Centro Educativo.-----

-----A Câmara irá:-----

-----Comparticipar no custo das atividades de apoio à família, transferindo o mesmo valor do Acordo celebrado entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social e o Município de trinta euros e noventa e nove centimos (30,99 €), por criança e por mês, pelos serviços da Componente de Prolongamento de Horário das 124 crianças inscritas no Ensino Pré-Primário.-----

-----Comparticipar em um euro e noventa centimos (1,90€), por refeição das cento e vinte e quatro (124) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário, podendo este número sofrer alteração; O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em trinta e oito mil quatrocentos e vinte e sete euros e sessenta centimos (38.427,60 €) para o prolongamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de horário e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito euros e quarenta cêntimos (44.528,40 €) para o fornecimento de refeição podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante da frequência efetiva diária das crianças nos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeição) durante os cento e oitenta e nove (189) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo:-----

-----a) Prolongamento de Horário: -----

-----Ano de 2016 – onze mil quinhentos e vinte e oito euros e vinte e oito cêntimos (11.528,28 €);-----

-----Ano de 2017 – vinte e seis mil oitocentos e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos (26.899,32 €).-----

-----b) Fornecimento de refeição:-----

----- Ano de 2016 – treze mil quatrocentos e vinte e nove euros e vinte cêntimos (13.429,20€).-----

-----Ano de 2017 – trinta e um mil e noventa e nove euros e vinte cêntimos (31.099,20 €).---

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob os números 14948/2016 e 14946/2016 do corrente ano e lançado o compromisso sob os números 15667/2016 e 15665/2016, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo e submete-lo à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c) do número 1 do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo e submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.2.2.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução do Fornecimento de Refeição ao 1º. CEB e pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/08/2016 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem como objetivo o fornecimento de refeições às duzentas e sessenta e quatro (264) crianças que irão frequentar o 1º.CEB, nas instalações do Centro Educativo.-----

-----A Câmara irá:-----

-----Comparticipar em um euro e noventa cêntimos (1,90€) por refeição das duzentas e sessenta e quatro (264) crianças matriculadas no 1º. CEB, podendo este número sofrer alteração.-----

-----O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em oitenta e sete mil setecentos e oitenta euros (87.780,00 €), podendo haver oscilação para menos uma vez que a despesa a pagar é a resultante das refeições efetivamente servidas diariamente às crianças durante os centos e setenta e cinco (175) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo:-----

-----Ano de 2016 – vinte e oito mil quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos (28.591,20 €);-----

-----Ano de 2017 – cinquenta e nove mil cento e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos (59.188,80€).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o número 14946 do corrente ano e lançado o compromisso sob o número 15665, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo e submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de Setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei número 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo e submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de Setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianual.-----

6.3.-TRANSPORTES ESCOLARES:-----

6.3.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para o Transporte de alunos pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal de compromisso plurianual:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/08/2016 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem por objeto a prestação por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, de serviços de transporte para o Centro Educativo de Mortágua de trinta e sete (37) crianças, de várias povoações das Freguesias de Espinho, Marmeleira, Pala e Sobral, que frequentam o Ensino Pré – Primário, o 1º. Ciclo do Ensino Básico, o 2º. Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário no ano letivo de 2016/2017.-----

-----Considerando que durante os cento e oitenta e nove (189) dias de calendário letivo são efetuados cento e quarenta e sete (147) quilómetros, por dia, totalizando vinte e sete mil setecentos e oitenta e três (27.783) quilómetros, por ano, o Município irá comparticipar os custos do transporte com oitenta centimos (0,80€) por quilómetro o que perfaz o montante de vinte e dois mil duzentos e vinte e seis euros e quarenta centimos (22.226,40 €), a transferir em dez mensalidades.-----

-----O encargo acima referido envolve despesa em anos económicos diferentes de acordo com a seguinte repartição, que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ano de 2016 – oito mil quatrocentos e sessenta e sete euros e vinte cêntimos (8.467,20€).-

-----Ano de 2017 – treze mil setecentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos (13.759,20 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o n.º 14947 do corrente ano e lançado o compromisso sob o nº. 15666/2016 estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo e submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6.º da Lei nº. 8/2012.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo submetê-lo à apreciação da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianual.-----

6.4.-JUVENTUDE:-----

6.4.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 39 e 42 de 2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

7.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

7.1.-ASSOCIATIVISMO – Associações Culturais Desportivas e Recreativas:-----

7.1.1.-Casa do Benfica de Mortágua – Apoio ao VI Torneio de Futsal Feminino Alberto Porto:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta da Casa do Benfica de Mortágua, datada de 26 de agosto de 2016, dando conhecimento que irá realizar o V Torneio de Futsal Feminino



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Alberto Porto, nos próximos dias 17 e 18 de setembro e no qual irão participar cento e cinquenta (150) atletas.-----

-----Assim e atendendo às despesas que a organização de um evento desta natureza acarretam, conforme orçamento que anexa (despesa no montante de 3.370,50 € e receita 1.850,00 €), solicitam o apoio financeiro, e logístico do Município.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de seiscentos euros (600,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2016/5031 com um saldo de quatro mil seiscentos vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos (4.627,51€) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de setenta e um mil setecentos e três euros e cinquenta e um cêntimos (71.703,51 €).-----

7.1.2.-Teatro Experimental de Mortágua – Apoio à Encenação e Transportes (Auto Juiz de Fora e Pericles):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício sem data e recebido a 11/07/2016, do Teatro Experimental de Mortágua dando conhecimento que:-----

-----Estreou o último trabalho em 10 de Julho de 2015 (Muito Moliere) que efetuou 30 espetáculos pelo País e que foi um êxito, tendo muitas solicitações para festivais onde já levaram este trabalho.-----

-----Encontra-se a realizar a sua 55ª. Produção teatral que se chama “Pericles” de Shakespeare, sendo o seu elenco composto por oitenta por cento (80%) de jovens.-----

-----Encenou e produziu os cenários bem como cedeu os adereços e guarda roupa para a realização do Auto do Juiz de Fora promovido pelo Município no pretérito dia 10 de Julho.---

-----Dado que toda esta atividade acarreta elevados custos, que neste momento são inabarcáveis para o TEM, conforme orçamento que anexa no montante de catorze mil e cem euros (14.100,00 €), solicitam o apoio financeiro do Município por forma a fazer face às



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mesmas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de três mil euros (3.000,00 €), mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o artigo 4º. do Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2016/5031 com um saldo quatro mil seiscentos e vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos (4.627,51€) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de setenta e um mil setecentos e três euros e cinquenta e um cêntimos (71.703,51 €).-----

7.1.3.-Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos – Apoio à manutenção de espaços de lazer e meio envolvente ao novo Centro de Dia:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 16/02, datado de 19/08/2017, do Grupo Associativo Recreativo Académico de Vila Moinhos através do qual informa que aquando da inauguração do novo Centro de Dia de Vila Moinhos, realizou nos dias que antecederam o evento várias intervenções de limpeza e conservação em árvores, canteiros, muros e passeios. Estas intervenções tiveram por objetivo proporcionar as melhores condições possíveis a todos aqueles que se deslocaram para assistir à inauguração do novo centro de dia.

-----Assim, solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas supra mencionadas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, Programa 003, Projeto 2016/5031 com um saldo quatro mil seiscentos e vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos (4.627,51€) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de setenta e um mil setecentos e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

três euros e cinquenta e um cêntimos (71.703,51 €).-----

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-HABITAÇÃO - Bairro de Habitação Social da Gandarada – Resolução de contrato de arrendamento:-----

-----O Senhor Presidente informou que no seguimento da notificação feita através do ofício referência 5118, de 13/07/2016 e por edital nº. 62/2016, a Cláudia Adriana Fernandes de Oliveira, , nos termos e para os efeitos do disposto dos artigos 112º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo, em execução da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mortágua de 06/07/2016, terminou o prazo para se pronunciar sem que esta nada dissesse.-----

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi proposto que se converta em definitivo a seguinte deliberação tomada na referida reunião:-----

-----Considerando que foi celebrado com Cláudia Adriana Fernandes de Oliveira em 9/08/2012, um contrato de arrendamento referente ao T2, r/c, Dtº. do Lote 10 do Bairro de Habitação Social da Gandarada, em execução da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mortágua de 18/07/2012.-----

-----Que a arrendatária não paga a renda pela ocupação do imóvel desde fevereiro de 2015.-----

-----Que não reside no apartamento há mais de nove meses.-----

-----Que nos termos do disposto no artigo 24º, alínea b), da Lei nº.81/2014, aplicável a este contrato de arrendamento por força do disposto no artigo 39º. daquele diploma legal caberia à arrendatária utilizar a habitação em permanência, não se ausentando por um período seguido superior a seis meses.-----

-----Que nos termos do artigo 25º., nº.1, alínea a) da Lei nº.81/2014, o incumprimento do disposto no artigo 24º. b) constitui causa de resolução do contrato de arrendamento pelo senhorio.-----

-----Que nos termos do disposto na cláusula 9º. alínea c) do contrato de arrendamento era dever da inquilina pagar a renda nos quantitativos e em prazos devidos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Que nos termos da cláusula 11º., alínea c) do contrato de arrendamento pode o senhorio resolver o contrato antes do termo nele previsto quando o inquilino não cumpra as obrigações impostas pela cláusula 9º.-----

-----Que nos termos do artigo 28º. Lei nº.81/2014, a decisão de ordenar o despejo do arrendado por falta de pagamento de rendas deverá ser acompanhada da promoção da correspondente execução.-----

-----Propõe-se que seja notificada a inquilina:-----

-----Que a Câmara Municipal determinou a resolução do arrendamento e a cessão do respetivo direito de ocupação da habitação social acima identificada, nos termos dos artigos 24º., alínea b) e 25º., nº1, alínea a), da Lei nº.81/2014, dado de arrendamento a Cláudia Adriana Fernandes Oliveira, por se ter ausentado do fogo por um período seguido de mais de seis meses, desde fevereiro de 2015, não tendo retomado a habitação até à presente data, e por não ter procedido ao pagamento das rendas devidas desde fevereiro de 2015, violando assim o disposto na cláusula 9º., alínea c) do contrato de arrendamento, ficará obrigada a desocupar e entregar a habitação em causa no prazo de 90 dias a contar da receção da respetiva comunicação, sob pena de ser mandado executar o despejo administrativo.-----

-----De que nos termos do disposto no artigo 25º., nº.2, da Lei nº. 81/2014, a resolução do contrato de arrendamento operará por comunicação da Câmara Municipal à inquilina onde se invoquem os respetivos fundamentos, após audição da inquilina.-----

-----Que a Câmara municipal aprovou a execução de dívida referente ao valor das rendas vencidas e não pagas, nos termos do disposto no artigo 28º., nº.3, da Lei nº. 81/2014.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade tornar definitiva a decisão tomada na Reunião de Câmara de 06/07/2016.-----

9. -PROTEÇÃO CIVIL:-----

9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

9.1.1.-Associação de Produtores Florestais – Apoio Sapadores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 01607JS127, de 27 de julho último,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Associação de Produtores Florestais informando que este ano, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, dispõe de 2 equipas de 1.^a intervenção integradas no Dispositivo Municipal.-----

-----A habitual equipa de Sapadores Florestais, que durante todo o período crítico definido por Lei, estará no terreno em alerta permanente sete (7) dias por semana; e a equipa AFOCELCA que este ano lhe foi atribuída e contratada por setenta e sete (77) dias (13 de julho a 27 de setembro) e que se encontra estacionada na zona norte do Concelho (no alto do Moinho do Pisco).-----

-----Destaca que no ano de 2015, aquela equipa AFOCELCA, a equipa de Mortágua recebeu uma Menção de Mérito – Supervisão “pelo cumprimento e bom desempenho nas funções de apoio, deteção, prevenção e combate a incêndios florestais na campanha fogos 2015”.-----

-----Relativamente à equipa AFOCELCA, não lhes oferece dificuldades de maior, atendendo ao protocolo/contrato estabelecido e que subvenciona a sua atividade. -----

-----As suas dificuldades estão com equipa de Sapadores Florestais, que à semelhança de anos anteriores tem necessidade de ser apoiada financeiramente no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----A equipa de Sapadores Florestais, pelo trabalho que desenvolve durante todo o período crítico; pelo facto de estar exclusivamente dedicada à defesa da Floresta, independentemente dos estados de alerta; por integrar o Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, faz um trabalho meritório, muitas vezes pouco visível, mas tão importante para o património florestal do Concelho.-----

-----Assim solicita que lhe seja concedido no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios apoio financeiro para o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, a despesa tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de e setenta e um mil setecentos e três euros e cinquenta e um cêntimos (71.703,51 €) encontra-se inscrito nas Opções do Plano no objetivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

07 – Proteção Civil, projeto 2016/5051 - Associação de Produtores Florestais – Apoio Sapadores, com um saldo oito mil euros (8.000,00 €).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que a área do pedido da Associação é de manifesto interesse público e se enquadra na alínea e), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de oito mil euros (8.000,00 €), para apoio ao funcionamento da equipa de Sapadores Florestais integrada no Dispositivo Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----

10.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

10.1.-EN 234 – ROTUNDA – NÓ DE MONTE GRANDE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 1929682, de 12/08/2016, de Infraestruturas de Portugal, informando que tendo a sua Direção de Empreendimentos Rodoviários apreciado os novos elementos de projeto disponibilizados por esta Câmara Municipal, concluiu que os pontos 2.1, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.7 constantes da Nota Técnica relativa à anterior análise efetuada ao projeto da rotunda, encontram-se esclarecidos, merecendo aprovação.-----

-----Relativamente ao ponto 2.6, que está relacionado com a passagem superior de peões, considera que deixa de fazer sentido o comentário efetuado, tendo em conta a proposta que foi equacionada na reunião realizada entre técnico da IP e a autarquia, na qual foi efetuada a proposta de eliminação desta obra de arte.-----

-----Essa proposta surgiu por se considerar que a implantação de uma rotunda, só por si, induz uma redução de velocidade na aproximação à interseção, possibilitando que a travessia pedonal da EN 234 seja efetuada recorrendo à implantação de passadeiras, dispensando-se a passagem superior de peões, mantendo-se os níveis de segurança.-----

-----No entanto, as características e o tipo de ocupação existentes em ambos os lados da estrada nacional, que se caracteriza não só por habitações mas também pela existência de diversos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

equipamentos sociais (agrupamento escolares do 2º. e 3º. Ciclos de Mortágua), pressupõem a geração de tráfego pedonal na travessia da EN 234. Este fluxo será mais intenso em determinadas fases do dia que coincidirão com as horas de entrada e saída dos períodos escolares.-----

-----Assim, e para garantir que a travessia nos períodos mais intensos se efetue com maior segurança, em complemento às passadeiras poderão ser adotados semáforos ativados com botoneira com comando atuado, onde a fase de peões é ativada a pedido do peão e apenas quando supostamente necessária, não interferindo com a circulação do tráfego rodoviário da EN 234 nas restantes horas do dia.-----

-----Sendo esta a situação, deverá ser considerada no projeto, a sua implementação complementarmente às passadeiras de peões.-----

-----No que concerne à Passagem Superior de Peões existente, aqueles serviços encontram-se a diligenciar no sentido da suspensão da sua substituição, devendo todavia ser acautelada a garantia das condições de segurança da mesma, até que seja construída a futura rotunda.-----

-----Ainda, caberá a esta Edilidade, a remoção e respetivo encaminhamento a vazadouro ou eventual reutilização da referida Passagem Superior de Peões.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

11.1.-CONCURSO PÚBLICO PARA A ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE-Prorrogação de prazo para apresentação de propostas:

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Por deliberação camarária de 03/08/2016 procedeu-se à abertura do procedimento supra, o mesmo decorre de acordo com a alínea b), do artigo 19º., cujo trâmite segue nos termos do artigo 130º. e seguintes, do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto - Lei 278/2008, de 08 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

149/2012, de 12 julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, na plataforma eletrónica deste Município sita WWW.compraspublicas.com, sendo o prazo fixado para apresentação das propostas até às vinte e três (23,00) horas do dia 2 de setembro de 2016, conforme expresso na referida plataforma e na publicação no Diário da República, do mesmo, que ocorreu a 19/08/2016, sendo o anúncio do procedimento o nº. 5218/2016.-----

-----No decurso do prazo de entrega das propostas, diversas empresas que se registaram como interessados, na plataforma eletrónica deste Município, onde decorre o procedimento, alertaram no dia 2 de setembro para a existência de um erro no formulário de apresentação propostas, nomeadamente no capítulo 8, artigo 8.9, que acumula o somatório dos artigos 8.10, a 8.16, comportando-se assim como um capítulo e não um artigo.-----

-----O prazo de entrega das proposta encontra-se suspenso, devendo proceder-se à retificação do formulário de apresentação de propostas, e consequentemente terá que ocorrer uma prorrogação do prazo de apresentação das propostas.-----

-----A Câmara é o órgão competente para autorizar a retificação do formulário de apresentação de propostas bem como a aprovação da prorrogação do prazo de apresentação das propostas.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade autorizar a retificação do formulário de apresentação de propostas bem como a aprovação da prorrogação do prazo de apresentação das propostas, que deverá ocorrer até às vinte e três (23,00) horas do dia 12/09/2016.-----

12.-ADMINISTRAÇÃO:-----

12.1.-RETIFICAÇÃO À ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 18/06/2014:-----

-----Considerando que:-----

-----A 18/06/2014 a Câmara deliberou aprovar por unanimidade na sua reunião nº.12/2014 aprovar no ponto 7.2.1 a venda de terreno na Zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira à TRIA.-----

-----Considerando que se verifica um erro material na expressão da vontade, uma vez que, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lapso de escrita no teor da referida deliberação, porquanto onde se lê “Trata-se de urbano inscrito na matriz sob o artigo 2758,.....” deve ler-se “ Trata-se de terreno urbano inscrito na matriz sob o artigo 2578,...”.-----

-----De acordo com os nºs.1 e 2 do artigo 172º. do Código do Procedimento Administrativo os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do ato, devendo tal retificação ser feita sob a forma e com a publicidade usada para a prática do ato retificado.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que, nos termos do nºs.1 e 2 do artigo 172º. do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara aprovasse a retificação do lapso de escrita da ata da Reunião de Câmara de nº. 12/2014, de 18/06/2014, no ponto 7.2.1 substituindo-se a expressão “Trata-se de urbano inscrito na matriz sob o artigo 2758,.....” por “ Trata-se de terreno urbano inscrito na matriz sob o artigo 2578,...”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a ratificação proposta.-----

12.2.-PRORROGAÇÃO POR MAIS SEIS MESES DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO DE 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS) - AVISO Nº.5505/2016, DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª. SÉRIE, Nº.82, DE 28 DE ABRIL DE 2016:-----

-----Foi presente a proposta do Senhor Presidente a, relativa à prorrogação por mais seis meses do prazo para homologação da lista de classificação e ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento Refº. Procº.1/2016, e cujo teor abaixo se transcreve na íntegra:-----

-----“Proposta:-----

-----Considerando que:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Na sequência da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Mortágua, pela deliberação proferida na sua sessão de 19 de fevereiro de 2016, no uso da competência conferida pelo n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, na sequência da proposta que lhe foi apresentada pela Câmara Municipal de Mortágua, constante da deliberação proferida na sua reunião de 03/02/2016 foi autorizada a abertura do procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 2 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mortágua (Ref.º Proc.º. 1/2016), a que corresponde a carreira/categoria de assistente operacional - área de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais.-----

-----Na sequência da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Mortágua, os Serviços do Núcleo de Administração Geral encetaram as diligências necessárias com vista ao cumprimento da mesma, designadamente notificação do júri designado, apoio ao júri na definição das matérias e parâmetros a avaliar nos métodos de seleção, elaboração do aviso de abertura no Diário da República, na Bolsa de Emprego Público, em jornal de expansão nacional bem como na página do Município.-----

-----Após encetadas as diligências mencionadas no parágrafo anterior, o procedimento concursal comum de recrutamento Ref.º Proc.º. 1/2016 foi publicitado na 2.ª série do Diário da República em 28/04/2016, sob o aviso nº.5505/2016, tendo o período de aceitação de candidaturas decorrido até 12/05/2016.-----

-----Após decorrido o período de aceitação de candidaturas, procedeu-se à apreciação das mesmas, designadamente quanto à verificação da reunião pelos candidatos dos requisitos exigidos, tendo sido apresentadas 3 candidaturas, todas admitidas.-----

-----No passado dia 2 de junho de 2016 procedeu-se à aplicação aos candidatos admitidos do primeiro método de seleção (prova de conhecimentos), estando no momento a decorrer o aplicação do método de seleção da avaliação psicológica, sendo que, aos candidatos que venham a ser aprovados, e para concluírem o procedimento, falta ainda aplicar-lhes o método de entrevista profissional de seleção.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A homologação das listas de classificação final dos procedimentos concursais comuns de recrutamento/concurso externo de ingresso, cujas aberturas tenham ocorrido nos termos de autorização concedida ao abrigo do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei de Orçamento de Estado para 2015 (LOE 2015), deve ocorrer no prazo de 6 meses a contar da data da deliberação da autorização concedida, ou seja, até 19 de agosto de 2016, sem prejuízo de ocorrer renovação, que deverá ser devidamente fundamentada, sendo nulas as contratações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto no artigo mencionado, nos termos dos seus n.ºs 3 e 4.-----

-----Verifica-se a impossibilidade de homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum de recrutamento mencionados até 19 de agosto de 2016, considerando que ainda somente foi aplicado um método de seleção aos candidatos ao citado procedimento concursal comum de recrutamento, estando a decorrer o segundo e faltando a aplicar ainda o método de seleção aos candidatos de entrevista profissional de seleção.-----

-----A situação descrita no parágrafo anterior ficou a dever-se à morosidade na publicação do aviso no Diário da República e na resposta à notificação feita à entidade pública especializada (CEFA/DGA/INA), para averiguar da sua disponibilidade para aplicar o segundo método de seleção (Avaliação Psicológica), conforme o exigido nos termos da alínea a) do n.º.2 do artigo 10º. da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º. 145-A/2011. -----

-----Os pressupostos verificados aquando da autorização concedida pela Assembleia Municipal de Mortágua, pelas deliberações proferidas na sua sessão de 19 de fevereiro de 2016, na sequência das propostas apresentadas pela Câmara Municipal de Mortágua, constantes das deliberações proferidas na sua reunião de 3 de fevereiro de 2016, continuam a verificar-se integralmente à data.-----

-----Face ao exposto, encontra-se cabalmente fundamentada a impossibilidade da homologação das listas de classificação final do procedimento para recrutamento, por tempo indeterminado, de 2 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mortágua



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(Ref.º Proc.1/2016), a que corresponde a carreira/categoria de assistente operacional - área de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, publicitado na 2.ª série do Diário da República em 28/04/2016, sob o aviso nº.5505/2016, ocorrer no prazo de seis meses a contar da data das deliberações de autorização concedidas pela Assembleia Municipal de Mortágua na sua sessão de 19 de fevereiro de 2016, ou seja, até 19 de agosto de 2016, bem como o interesse em renovar aquela autorização, de forma a permitir a conclusão dos procedimentos.--

-----Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, proponho à Câmara Municipal de Mortágua a prorrogação por mais seis meses do prazo para homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum de recrutamento, por tempo indeterminado de 2 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mortágua (Ref.º Proc.1/2016), a que corresponde a carreira/categoria de assistente operacional - área de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, com aviso publicado no Diário da República sendo que, caso delibere favoravelmente, deverá propor à Assembleia Municipal que autorize a renovação por mais seis meses, a contar do dia 19 de agosto de 2016, o prazo para homologação da lista de classificação final daquele procedimento.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

13.1.-PROC.º. Nº. 01/2014/271 PARA CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo ref.º 01/2014/271, em nome de Pedro Miguel Torres de Carvalho, referente à construção de habitação, sita na Rua 25 de Abril, no Barril, União das Freguesias de Mortágua Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----Depois de analisado o processo e a informação administrativa subscrita pela gestora do processo verifica-se que:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O pedido de licenciamento supra mencionado foi deferido por despacho de 06/07/2015, tendo sido comunicado tal facto ao requerente pelo ofício ref.º 3059, de 10/08/2015, e que o mesmo dispunha de 1 ano para requerer o respetivo alvará de construção, sob pena de caducidade do mesmo.-----

-----Nunca foi entregue qualquer pedido para requerer a licença e o prazo está ultrapassado.---

-----De acordo com o disposto no n.º2, do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a licença caduca se não for requerido a emissão do respetivo alvará no prazo estipulado e respetivas prorrogações.-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º5 do citado artigo, a caducidade deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º e n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, notificar, o requerente Pedro Miguel Torres Carvalho, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença para construção de habitação unifamiliar, a edificar no prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º3280, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, sob o n.º 3469, localizado na Rua 25 de Abril, no Barril, União de Freguesias de Mortágua.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

-----Nos termos do n.º4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, a Senhora Vereadora Dr.ª. Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos ausentou-se da reunião, considerando o impedimento de poder intervir na discussão e votação do presente ponto uma vez que é esposa do requerente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.2.-REQ°. Nº.547/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC°. 01/2016/88 - CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO/ANEXOS/MUROS DE VEDAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29°. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Luís Daniel de Matos Almeida registado com o nº. 547/2016 para nos termos da alínea e), do n.º 3, do artigo 29°. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e treze euros e dezoito cêntimos (1.713,18 €) e da TMU de quatrocentos e quinze euros e dezasseis cêntimos (415,16 €), do processo nº01/2016/88 - Construção de habitação/anexos/muros de vedação, sita na Rua do Guardão, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral.-----

-----Conforme o previsto na alínea e), do número 1, do artigo 29°. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16°. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão a Luís Daniel de Matos Almeida da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e treze euros e dezoito cêntimos (1.713,18 €) e da TMU de quatrocentos e quinze euros e dezasseis cêntimos (415,16 €), do processo nº01/2016/88 - Construção de habitação/anexos/muros de vedação, sita na Rua do Guardão, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.3.-REQ°. Nº.572/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC°.01/2016/59 – CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29°. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Paulo Jorge Marques Ferreira registado com o nº. 572/2016 para nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, solicitar a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e um euros e oitenta e seis cêntimos (901,86€) e da TMU de quinhentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos (588,02 €), do processo nº01/2016/59 - Construção de habitação e muros de vedação, sita no Moutinhal, Freguesia de Pala.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão a Paulo Jorge Marques Ferreira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e um euros e oitenta e seis cêntimos (901,86€) e da TMU de quinhentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos (588,02 €), do processo nº01/2016/59 - Construção de habitação e muros de vedação, sita no Moutinhal, Freguesia de Pala.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.4.-PROCº. 06.2016.03 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, SITO NA RUA DO PORTO FORNO, VALE DE AÇORES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2016/03 em que é requerente António Alberto Pereira de Sousa, residente na Rua Almirante Gago Coutinho, nº. 106, Coimbra, e Maria Adelina Pereira de Sousa Ramos, residente no Largo Augusto Simões, nº. 3, Vale de Açores, Mortágua, através do qual vêm requerer ao abrigo do artigo 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei nº. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito na Rua do Porto Forno, em Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 4868 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 258.-----

----O terreno tem a área de 17.350 m2, confronta de norte com José Sarmiento Gomes Almeida, de nascente com Caminho (Rua do Porto Forno), de sul com Maria do Céu Almeida, Poente com Estrada (Av. Infante D. Henrique).-----

----A parcela a destacar com a área de 2.800,00 m2 confrontando de norte com José Sarmiento Gomes Almeida, nascente com Caminho (rua do Porto Forno) , de Sul com António Alberto Pereira de Sousa e de Poente com Estrada (Av. D. Henrique), Maria Adelina de Sousa Ramos.-----

----Parcela Restante com a área de 14.550,00 m2 confrontando de norte com António Pereira de Sousa, nascente com Caminho (rua do Porto Forno) , de Sul com Maria do Céu Almeida e de Poente com Estrada (Av. D. Henrique), Maria Adelina de Sousa Ramos.-----

----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão devendo o requerente proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95€).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.5.-PROCº. 06.2016.04 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, SITO NA RUA DO SENHOR DO MUNDO, FREIXO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2016/04 em que é requerente Maria Isabel Mortágua Inácio Rebelo, residente na Rua João Paulo Freire, nº. 73º., 5º. Esqº. Foz do Douro, Porto, através do qual veem requerer ao abrigo do artigo 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei nº. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito na Rua do Senhor do Mundo, Freixo, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 8016 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 746.-----

-----O terreno tem a área de 2405 m2, confronta de norte com José Maria Oliveira, de nascente com Manuel Ferreira Oliveira e Outro, de sul Estrada, Poente com José Maria Oliveira-----

-----A parcela a destacar com a área de 1240 m2 confrontando de norte com José Maria Oliveira, de nascente com Manuel Ferreira Oliveira e Outro, de sul Estrada, Poente com Própria.-----

-----Parcela Restante com a área de 1165 m2 confrontando de norte com José Maria Oliveira, de nascente com Próprio, de sul Estrada, Poente com José Maria Oliveira.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão devendo o requerente proceder ao pagamento da importância de sessenta e três euros e noventa e cinco cêntimos (63,95€).-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim e pelo Senhor Presidente.-----

Secretário do Órgão

Exmo Senhor

Presidente da Camara Municipal de Mortágua

Nos termos do disposto no nº1 do art.53º do dec-lei 75/2013 de 12 de Setembro, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, requerem a inclusão de ponto na Ordem de Trabalhos, na Reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2016.

Estando inscrita em Plano de Actividade de 2016, aprovado em Assembleia Municipal, a rubrica 05 003, Urbanização, que na sua Acção 1, assume "Obras em diversas Povoações", e sendo uma proposta do Partido Socialista, já por diversas vezes reiterada e exigida, solicitamos a inscrição do seguinte ponto da Ordem de Trabalhos: "Regeneração / Pavimentação dos arruamentos da povoação da Gândara – abertura de procedimento concursal".

Em tempo, será entregue proposta de texto a incluir no ponto.

Mortágua, 8 de Setembro de 2016

Os Vereadores do Partido Socialista

